

DA EMIGRAÇÃO À IMIGRAÇÃO? POR UMA ANÁLISE DO PERFIL MIGRATÓRIO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS ANOS

ANA LUIZA BRAVO E PAIVA *

ANA PAULA MOREIRA RODRIGUEZ LEITE**

Resumo: Desde a década de 80, o país era caracterizado pelo grande número de emigrantes que se dirigiam, em geral, para os Estados Unidos e para a Europa. Esse fenômeno trouxe durante muito tempo efeitos negativos para o Brasil, na medida em que tínhamos uma fuga de cérebros (*brain drain*), ou seja, nossa mão de obra qualificada se direcionava a estas regiões, buscando novas oportunidades profissionais.

Contudo, esse panorama vem se alterando na conjuntura mais atual. O Brasil nos últimos anos, além de uma potência regional, tornou-se um dos países com maiores índices de desenvolvimento, sendo hoje a 6ª economia mundial.

Sendo assim, esta comunicação tem como escopo analisar o momento de inflexão que o Brasil atravessa com vistas a verificar se, de fato, o país estaria experimentando uma transformação em seu perfil migratório, passando a assumir o papel de importador de mão de obra. Talvez ainda seja muito cedo para falar em inversão dos fluxos, mas já é possível, a partir da análise empírica, observar indícios de mudanças e, por essa razão, há a necessidade de investigarmos suas causas.

PALAVRAS-CHAVE: *imigração no Brasil, política imigratória brasileira, o Brasil e o cenário internacional*

Abstract: Since the 80s, the country was characterized by the large number of emigrants who went, in general, to the United States and Europe. This phenomenon has brought long negative effects for Brazil, in that it had a brain drain (brain drain), ie, our skilled labor is directed to these regions, seeking new career opportunities .

Artigo recebido em 24 de Novembro de 2013 e aprovado para publicação em 12 de Fevereiro de 2014.

* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História Comparada PPGHC/UFRJ.

E-mail: albepaiva@gmail.com

** Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História Comparada PPGHC/UFRJ.

E-mail: a.paulamrl@gmail.com

However, this scenario is changing at the present conjuncture. The Brazil in recent years, as regional power, has become one of the countries with the highest rates of development, and is currently the 6th world economy.

Thus, this communication is scoped to analyze the turning point that crosses Brazil in order to verify if, indeed, the country was experiencing a transformation in their migratory pattern, coming to assume the role of importer of labor. Perhaps it is still too early to talk about reversing the flow, but it is possible, from the empirical analysis, notice signs of change and, therefore, there is need to investigate its causes.

Keywords: *immigration in Brazil, Brazilian immigration policy, Brazil and international scenary*

INTRODUÇÃO

Nos anos mais recentes, a migração assumiu patamares jamais vistos em toda a história da humanidade. De acordo com dados das Nações Unidas (ONU), houve um aumento significativo das migrações (stock) nas últimas décadas do século XX, o número de migrantes saltou de aproximadamente 75 milhões em 1965 para 150 milhões em 1990 (United Nations, 2004). Os países mais desenvolvidos como Estados Unidos e Europa Ocidental têm sido recorrentemente alvo de migrações, sejam de trabalhadores ou de refugiados. De acordo com o estudioso de diásporas Bimal Gosh (2000), estes países recebem cerca de 1 milhão de migrantes por ano, sendo estes regulares, uma vez que existe certa dificuldade em contabilizar nas estatísticas as pessoas que entram por canais irregulares – tráfico e contrabando de pessoas.

Dados da Organização Internacional para a Migração (OIM), apontam para o crescimento do número total de migrantes no mundo. Atualmente, 214 milhões de pessoas vivem em território que não o de seu nascimento¹ (UNITED NATIONS, 2008). Os cálculos exprimem que de cada 33 habitantes do planeta, um não vive em seu país de origem. Embora os migrantes representem apenas 3,1% da população mundial, não se podem desconsiderar os impactos que tais deslocamentos podem representar para todos os países no mundo – tanto para aqueles que recebem tais fluxos, quanto para os que exportam mão de obra.

Sabe-se que o fenômeno migratório não é recente, mas que o aumento das migrações nos dias de hoje são fomentadas em grande medida pelos novos processos de reestruturação da economia global. Do ponto de vista econômico, a nova estrutura dos

¹ Esse número representa o volume total de migrantes no mundo inteiro, incluindo migrantes econômicos e refugiados.

mercados globais criou uma demanda por mão de obra nas sociedades industriais mais desenvolvidas, além de aprofundar as disparidades entre países ricos e pobres, visto que o crescimento dos países se faz de forma desigual. A conjugação desses dois fatores aumenta o impulso e até mesmo a necessidade de migrar para outros países.

Além disso, do ponto de vista social, o advento de novas tecnologias de comunicação e transporte levou a criação de uma “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999). Em um mundo cada vez mais interconectado, a relativa facilidade de deslocamento entre as fronteiras - pelo menos do ponto de vista das viagens - e as informações propagadas com maior amplitude pelos meios de comunicações - televisão, cinema, internet – geram sonhos e criam expectativas de que a vida pode ser melhor nos países mais ricos.

Sendo assim, ao estudar as migrações internacionais contemporâneas é importante considerar os fatores estruturais que determinam o direcionamento dos fluxos. Para o trabalho em questão, considera-se que “a ascensão dos países emergentes está revolucionando a imigração global, tendência intensificada pela crise econômica na Europa, Japão e EUA.” (MARGOLIS, 2008 apud PATARRA, 2012). Seguindo esta premissa, pode-se afirmar que haveria uma tendência de inversão no padrão migratório em escala mundial. Até então, os fluxos concentravam-se predominantemente no eixo Sul-Norte. Entretanto, no contexto de crise econômica, países em desenvolvimento – como o Brasil - começam a despontar como polos de imigração.

Ainda que seja cedo para falar em uma alteração no perfil migratório brasileiro, já é possível identificar o aumento da imigração e do retorno de emigrantes ao país. Podemos destacar como as causas principais dessa inversão: a crise econômica vivenciada no continente europeu, a elevação do *status* brasileiro no cenário internacional e a demanda por mão de obra especializada. Estes dois últimos fatores se inserem, conforme veremos adiante, em um projeto nacional que visa à consolidação da estabilidade macroeconômica e da redução da vulnerabilidade externa, sendo a política externa um dos principais veículos para lograr tais fins.

Considerando as causas acima mencionadas, optou-se por utilizar como aporte teórico as teorias conhecidas como *push and pull*. O termo é geralmente traduzido para o português como modelo de atração e repulsão. Esse aparato teórico considera que as causas da migração devem ser atribuídas às diferenças econômicas entre os países. Nesse sentido, a pobreza e salários baixos nos países menos desenvolvidos seriam os responsáveis pela repulsão/atração de mão de obra. Enquanto, nas sociedades de destino, a demanda por empregos e melhores salários atrairiam os trabalhadores (MÁRMORA, 1997; FUSCO, 2007).

Em geral, os adeptos dessa corrente arrolam como causas da migração: o diferencial de renda; a estagnação econômica; o crescimento demográfico dos países em desenvolvimento que gera mão de obra excedente; violações de direitos humanos (SOARES, 2002).

Embora estejamos adotando a teoria econômica de atração e repulsão para a compreensão da nova dinâmica migratória que o Brasil começa a se inserir, não desconsideramos os fatores políticos e sociais que também contribuem para alavancar as migrações internacionais. No entanto, por se tratar de um movimento migratório novo, acredita-se que as novas levas de imigrantes estariam sendo motivadas essencialmente por questões econômicas, sendo atraídas pelas vagas disponíveis no mercado de trabalho brasileiro, uma consequência da redução da vulnerabilidade externa brasileira. Ademais, ao analisar processos migratórios, é preciso considerar que tais fenômenos engendram a formação de redes sociais - que serão fundamentais para a manutenção de fluxos de pessoas entre países que experimentam alterações significativas no perfil socioeconômico.

Não obstante, a migração é um fenômeno complexo cuja análise não deve ser engessada em conceitos rígidos, sendo, portanto, necessário considerar todas as diversas instâncias que envolvem o projeto migratório. De acordo com Sayad, os estudos acadêmicos não devem tratar da imigração como fenômeno isolado em sua totalidade. Para este autor, imigrar é apenas uma ponta do processo, o deslocamento se dá nos atos de emigrar e imigrar; há uma origem e um destino. Sendo assim, destaca-se a importância de buscar na origem as causas endógenas da emigração e os efeitos exógenos da imigração. Resumindo, todo imigrante, é antes um emigrante e, dessa forma, os fatores de atração e repulsão encontram-se imbricados. Por essa razão, ao analisar o novo fenômeno migratório brasileiro, buscou-se avaliar de que maneira as mudanças no cenário internacional criaram uma condição favorável à migração transnacional nas duas pontas do fluxo, ou seja, nos países de origem e nos países de destino.

A discussão atual gira em torno da real contribuição das migrações no fomento ao desenvolvimento dos países, tanto nos países receptores quanto nos países exportadores de mão de obra (MARTINE, 2005; PEREIRA, 2008). As remessas enviadas pelos migrantes para seus países de origem é o exemplo clássico da migração como facilitador do desenvolvimento. Não obstante, existem outras iniciativas que podem contribuir para tal finalidade. No caso dos

países receptores, o ganho pode ocorrer através do *brain gain*², uma vez que a maioria dos países privilegia a imigração de profissionais qualificados. Por outro lado, esse mesmo processo pode representar a perda de recursos humanos para os países exportadores de trabalhadores, fenômeno conhecido com *brain drain*³ ou fuga de cérebros.

Evidentemente, a falta de governabilidade⁴ dos fluxos leva a consequências sérias para os países envolvidos em uma dinâmica migratória. Para aqueles que sofrem com a evasão populacional, a perda de capital humano pode representar sérias consequências. Enquanto isso, nos países receptores dos fluxos populacionais, os governos argumentam que o grande volume de imigrantes, principalmente ilegais, pode representar um alto custo econômico-social e político. Não obstante, acadêmicos e representantes de ONGs em todo o mundo defendem que aspectos ditos negativos da migração podem ser reduzidos com a adoção de políticas mais coerentes que levem em conta todos os fatores – políticos, econômicos e sociais – que imbricam os fluxos migratórios. Fica, portanto, patente que, diante da inevitabilidade da migração internacional, a única opção viável para os governos é a adoção de políticas menos seletivas e que visem à interação social entre nacionais e migrantes.

Nas linhas que se seguem, como forma de orientar a análise, procurou-se avaliar as novas dinâmicas do cenário internacional, estabelecendo um nexos entre o aumento da projeção internacional brasileira, a crise econômica internacional e o recente aumento da imigração no país. Para, então, em um segundo momento, a partir da análise de dados quantitativos, identificar o padrão migratório do Brasil.

2.0 – A Conjuntura Internacional como propulsora da inflexão: Ascensão econômica brasileira e Crise Internacional

O século XX experimentou, por algumas vezes, mudanças de paradigmas no que se refere às relações internacionais e nas relações de poder projetadas por alguns países. No início do século, a Inglaterra projetava seu poder em relação ao resto do mundo, ao passo que os Estados Unidos projetavam-se em direção a América Latina. Situação que se manteve

² Atualmente, as políticas migratórias de países desenvolvidos privilegiam a imigração de profissionais qualificados. O *brain gain* pode ser definido como o ganho obtido pelos países que importam mão de obra qualificada, não sendo necessário o investimento em recursos humanos.

³ O fenômeno do *brain drain* significa a perda de cidadãos que poderiam colaborar para o desenvolvimento do país exportador de mão de obra. A evasão dos melhores recursos humanos dos países mais pobres é vista como um inibidor do desenvolvimento. Cf.: PEREIRA, 2008.

⁴ A governabilidade dos fluxos migratórios pressupõe o respeito aos acordos internacionais no que diz respeito às migrações e aos direitos humanos de todos os migrantes.

até o deflagrar da Primeira Guerra Mundial quando, envolvida no conflito mais notadamente contra a Alemanha que buscava desestabilizar o poder inglês, perdeu sua imponentia.

A transferência de poder deu-se da Inglaterra para os Estados Unidos que despontou como grande líder no cenário internacional mantendo-se desta forma hegemônica até o fim da Segunda Guerra Mundial. A partir de então, o poder passou a ser competido entre Estados Unidos e União Soviética e o mundo passara a ser regido pela égide bipolar. No entanto, com a criação da ONU em 1948, deixava claro que outros países tinham um poder de interferência partilhando com as duas potências os poderes de se fazer a guerra ou promover a paz no mundo ao serem detentores do poder de veto no que tange aos assuntos internacionais.

A outra mudança de paradigma deu-se no fim da Guerra Fria

legando aos Estados Unidos a condição de única superpotência que reunia, simultaneamente, força militar e hegemonia estratégica global, o que provocou um debate sobre a configuração de poder que se sucederia à dissolução da União Soviética. (VILLA; REIS, 2006)

No auge desses debates, o consenso era por uma nova configuração em que o poder unipolar fosse suplantado pelo multilateralismo em relação à distribuição do poder, visto que novos atores ascenderam e outros perderam projeção. Logo, a partir desse momento, o Brasil buscava projetar-se internacionalmente de forma mais expressiva, com isso ascendendo como um novo ator emergente.

Sendo assim, nos últimos anos, sobretudo após o governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Brasil vem se destacando no cenário internacional, notadamente ao que se refere ao desenvolvimento econômico, tornando-se uma das mais importantes potências emergentes capaz de promover mudanças nas relações com diversos atores mundiais. Tais mudanças tornaram-se possíveis por meio do pagamento da dívida em 2006 com o FMI por um aumento do fluxo de capitais para países periféricos, permitindo que o país deixasse o *status* de devedor e em 2009 passasse a ser credor. Além disso, inaugurou uma nova gestão econômica que permitiu uma maior abertura financeira (PRATES, 2006 apud NOIJE, 2012). Portanto, mais investimentos puderam ser capitalizados e destinados a setores estratégicos como, por exemplo, o energético.

Além disso, o país garantiu uma melhor projeção internacional visto que seu corpo diplomático mostrou-se mais assertivo e eficaz do que os anteriores - apesar desta diplomacia ter um histórico favorável desde Rio Branco - uma política de defesa e novas políticas econômicas em que se privilegiou o desenvolvimento socioeconômico com bases na estabilidade econômica dando uma visibilidade nunca antes vivenciada.

A nova postura adotada garantiu novos olhares e atraiu grandemente tanto grupos particulares bem como outros Estados. O Brasil, já membro do MERCOSUL, atrairá novos atores e passar a integrar-se a outros complexos regionais como UNASUL, CPLP, BRICS e G20 garantindo assim sua presença nas mais importantes esferas decisórias internacionais. Sendo assim, aumentaria também seu poder de barganha em negociações e sua projeção internacional. Nas questões multilaterais buscou-se transitar do multilateralismo utópico para o multilateralismo de reciprocidade (CERVO, 2008).

Trata-se não apenas de projeção de poder, mas sim de um projeto de Estado com objetivos para além dos socioeconômicos sócioeconômicos, visando também a sua projeção em processos decisórios da esfera internacional. Desta forma, com a ascensão de novos atores, a globalização e a multipolarização, verifica-se novas necessidades e estratégias para o gerenciamento das relações internacionais. Nesse sentido, o Brasil vem insistindo na reformulação do Conselho de Segurança da ONU por entender o novo paradigma pautado na cooperação, no multilateralismo e na ascensão de novos atores capazes de causar mudanças significativas na balança de poder. Em 2005, o Brasil ingressara no Conselho de Segurança em caráter não permanente.

A atuação do Brasil no órgão norteou-se sempre, pela defesa do multilateralismo e do respeito ao direito internacional. Por meio de sua presença, o Brasil bateu-se pela preservação e fortalecimento das Nações Unidas como instância de encaminhamento das questões de alcance internacional e trouxe para o órgão uma perspectiva coerente com os interesses dos países em desenvolvimento da região latino-americana e caribenha (VIEGAS, 2008).

Portanto, um dos objetivos deste ensaio é demonstrar que a nova posição brasileira o evidencia em questões transnacionais como um polo de atração de migrantes econômicos. Segundo a reportagem do O Estado do RJ, que utilizou dados da OCDE, o Brasil a partir do início da crise em 2008 entrou na rota de imigrantes sendo um dos destinos mais procurados, sobretudo por africanos, países vizinhos, e observa-se também a chegada de portugueses e espanhóis que fogem da crise que assola a Europa. Ainda segundo a reportagem do jornal O Estado do RJ em 17/12/2012, a "Copa do Mundo e Olimpíadas são eventos que aquecem o mercado de serviços e o crescimento econômico do país é visto como garantia de oportunidade."

Destacamos, no entanto, que países como Portugal e Espanha, são países que historicamente sofrem constantes inflexões nos fluxos migratórios. Em momentos de crise o fluxo tende a se direcionar para outras regiões onde se encontram as melhores oportunidades de trabalho. Trata-se de países de emigração, porém, após a adesão à União Europeia favoreceu grandemente o crescimento econômico sendo responsável pela inversão dos fluxos

migratórios, que na verdade é um importante benefício e incremento para a economia. A partir disso, converteram-se em países de emigração para países de imigração.

Contudo, a partir de 2008 Portugal e Espanha começaram a sofrer os efeitos da crise internacional. As políticas econômicas desses países passaram a empregar medidas de austeridade, transferindo o ônus da crise para a população. As consequências foram drásticas para o mercado de trabalho, pois o nível de desemprego atingiu as mais altas taxas europeias sensibilizando o Estado de Bem-Estar social. Esses fatores associados causaram uma nova inflexão dos fluxos, que levam grandes somas de espanhóis e portugueses a buscarem trabalho no Brasil.

A tendência dos fluxos migratórios vem sendo alterada nas últimas décadas. Se antes, a preferência dos migrantes era para os países desenvolvidos, caracterizando um movimento sul-norte, hoje o que se observa é um panorama deveras diferente. De acordo com dados das Nações Unidas, metade das pessoas que emigram se deslocam entre países em desenvolvimento (PNUD, 2009). Além disso, desde 2010, já era possível identificar um aumento, ainda que seja sutil, nas migrações de países desenvolvidos para os emergentes.

Dentro desta nova disposição, podemos enquadrar as migrações recentes de portugueses e espanhóis para o Brasil. Conforme demonstrado pelo *World Migration Report 2013*, nos últimos três anos, teriam chegado ao Brasil cerca de 222.148 imigrantes portugueses, criando assim um dos maiores corredores migratórios em escala global. Os especialistas europeus costumam arrolar como causas o aumento na migração norte-sul: o crescimento econômico das nações emergentes que tornou países como Angola e Brasil mais atrativos e as sociedades comerciais e industriais europeias com perspectivas internacionais começaram a criar sucursais no estrangeiro. Ademais, a crise de 2008 e o crescimento das economias emergentes teriam levado os imigrantes de origem estrangeira que residiam em Portugal a retornarem a seus países de origem. Este fora o caso de 157.766 brasileiros no quinquênio 2005-2010 (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2013).

Recentemente, o Brasil aparece, em pesquisas realizadas por todo o mundo pelo grupo WIN/Gallup, como sendo um dos doze Estados mais cobiçados para se morar. Cabe registrar que o país é a única economia emergente que integra o rol dos destinos mais desejados pelos imigrantes. Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, o Professor de Relações Internacionais Alberto Pfeifer considera que, embora a resposta dos entrevistados seja baseada em questões utópicas, o crescimento da economia brasileira na década de 2000 foi um elemento crucial para que o Brasil passasse a integrar as rotas mais importantes de migração internacional (O ESTADÃO, 2014).

Além dessas questões, é preciso levar em consideração aspectos relativos à forma como a identidade internacional brasileira é construída no cenário internacional. De acordo com a diplomata Liliam Chagas de Moura, o maior interesse pelo país também pode ser entendido como resultado do "soft power" brasileiro. Para Moura, o fato de possuímos uma cultura diversa e riquíssima, de sermos uma democracia e sermos reconhecidos em nossa política externa por ser um país pacífico são elementos importantes para a compreensão deste novo fenômeno.

Nesse sentido, é importante considerar que, embora toda ação econômica seja socialmente orientada, os migrantes também devem ser vistos como agentes racionais. De acordo com a perspectiva teórica neoclássica, ao decidir empreender um projeto migratório, os migrantes fariam cálculos dos custos e benefícios da experiência migratória, levando em consideração sim as características do mercado de trabalho do país de destino, mas também outros fatores como: educação, domínio da língua e tempo de permanência no destino. Esse modelo explicativo define, então, o sucesso do migrante a partir de seu capital humano. Mais recentemente, como forma de preencher as lacunas deixadas por essa teoria, estudiosos passaram a avaliar o papel que o desenvolvimento de redes sociais representaria no sucesso da migração.

À medida que, os fluxos migratórios vão se consolidando, eles vão se tornando cada vez mais autônomos e menos sensíveis às mudanças de curto prazo nos incentivos econômicos.

Os custos e riscos do movimento são reduzidos pela operação destas "pontes sociais" para além de fronteiras nacionais, permitindo que mulheres e crianças juntem-se aos chefes de família no exterior. As pessoas migram por razões outras que os incentivos econômicos: para se juntar à família, por exemplo, ou para preencher as expectativas normais de jovens trabalhadores. (FUSCO, 2002)

Assim sendo, podemos inferir que a recente alteração nos fluxos migratórios internacionais e o conseqüente interesse pelo Brasil como destino da imigração seria resultados não somente de fatores estruturais, como o crescimento econômico do país e de uma melhor inserção internacional, mas também de fatores subjetivos, qual seja: a leitura que os agentes migratórios fazem da imagem do país no cenário internacional. Além disso, o desenvolvimento dos laços sociais entre os países de origem e destino faz com que o fluxo migratório se torne cada vez mais estruturado.

Vale ressaltar, que o governo brasileiro vem mostrando-se cada vez mais favorável à chegada de imigrantes, sobretudo no momento em que o país prepara-se para os grandes eventos. Busca-se a mão de obra qualificada conforme afirmou o ministro da Secretaria de

Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Moreira Franco, em reportagem à Agência Brasil. Segundo o ministro, falta ao Brasil uma *expertise* no tratamento das políticas que visam atender esses imigrantes qualificados, “mas também precisamos ter uma sociedade mentalmente aberta e o debate sobre política migratória deve passar pelo plano político” (AGÊNCIA BRASIL, 29/01/2013).

3.0 – A nova Imigração no Brasil: repensando um novo paradigma de política migratória

Com o aumento progressivo do número de imigrantes nos últimos cinco anos, a questão migratória vem tomando uma proporção cada vez maior na agenda política brasileira. Até o início dos anos 2000, o país era caracterizado como um país exportador de mão de obra e, por essa razão, as iniciativas em prol da renovação da política migratória brasileira – datada dos tempos do regime militar – não passavam do plano do discurso. Contudo, em função do recente crescimento econômico e do aumento da projeção do país associadas às conjunturas de crise econômica e humanitária no cenário internacional, o Brasil passa novamente a figurar a rota dos imigrantes e refugiados⁵. A nova dinâmica migratória brasileira faz ressurgir o debate acerca do tema, trazendo à tona os interesses e preocupações do governo brasileiro.

Historicamente, o Brasil é reconhecido como país de imigração. Desde a descoberta do país ao final do século XV, como parte do próprio processo de colonização, levas e levas de imigrantes europeus africanos aportavam em terras tupiniquins com o objetivo de ocupar o território. Com o passar do tempo, escravos africanos foram trazidos contribuindo fortemente para a formação demográfica e cultural da recém-nascida colônia. Para alguns estudiosos, entretanto, não podemos considerar os europeus chegados anteriormente a 1822, data em que o país se torna independente de sua antiga metrópole, como imigrantes, mas sim como colonizadores, visto que o país ainda não tinha consolidado o seu projeto nacional, sendo apenas uma colônia.

⁵ Embora seja cada vez mais difícil estabelecer uma diferenciação entre refugiados e migrantes econômicos, é importante apresentar o conceito clássico. Tradicionalmente, por migrante econômico entende-se o indivíduo que deixou seu lugar de residência habitual para se reassentar em outro lugar diferente de seu país de origem com o intuito de melhorar sua condição de vida. Em geral, essa classificação é usada para distingui-los dos refugiados. Estes, por sua vez, são definidos como indivíduos que tiveram de deixar seus países de origem forçadamente em função de perseguição política, étnica e/ou religiosa, sendo, portanto, passíveis de proteção jurídica internacional. Ao adotar o termo migrante econômico, não se pretende assumir que as causas dos fluxos migratórios sejam estritamente econômicas, pois a migração internacional é um fenômeno de múltiplos matizes e dimensões.

Seguindo esta perspectiva, é somente, a partir de 1870 que o Brasil, ao receber milhares de portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses, consolida seu caráter imigrantista de compromisso. Entre o final do século XIX e o início do XX, estima-se que o país tenha recebido um contingente de imigrantes em torno de 4,4 milhões, provenientes de Portugal, Espanha, Itália, Japão e Alemanha. Neste período, a imigração fora fomentada, necessidade de substituição da mão de obra escrava que trabalhava nas lavouras, logo após a proibição do tráfico negreiro e, por fim, com a abolição da escravidão. Com o passar do tempo, os trabalhadores estrangeiros passaram a ser utilizados como força de trabalho na incipiente indústria que surgia nos centros urbanos.

O último grande pico de imigração para o Brasil ocorreu na década de 50. No contexto pós-guerra, as dificuldades de reconstrução na Europa e Japão fizeram com que portugueses, espanhóis, italianos e japoneses deixassem seus países de origem em busca de melhores condições de vida. O Brasil passou a atrair esses imigrantes em função do crescimento econômico, fomentado por um amplo projeto desenvolvimentista.

Cumprir destacar que, até meados do século XX, a imigração fazia parte de uma política governamental que visava não somente ao suprimento das demandas do mercado de trabalho, mas que também focalizava o branqueamento da população brasileira. Amplamente difundido no imaginário social e político da época, o pensamento eugenista de autores como Oliveira Vianna e Sílvio Romero argumentava em favor da imigração de europeus como uma das formas de se promover um processo de redução étnica cuja finalidade última era a extinção do elemento negro da sociedade brasileira.

Na década de 60, a ascensão dos militares ao poder, trouxe um novo elemento para o debate acerca da imigração: a questão da segurança nacional. Paulatinamente, as políticas de atração de imigrantes converteram-se em “políticas de controle, que acabaram culminando em leis profundamente autoritárias e restritivas” (PERFIL MIGRATÓRIO BRASILEIRO, 2010: 11). Com a consolidação do regime autoritário, que perdurou por 21 anos, a imigração para o país passou a ser praticamente imperceptível, levando a uma reorientação do fluxo migratório.

A emigração brasileira para países estrangeiros é fato recente. É somente nos anos 80 que o país passa a exportar significativa parcela de sua força de trabalho, assumindo, em termos de movimento populacional um perfil emigrantista. Para os primeiros analistas que tentavam compreender a emigração brasileira, esta estaria relacionada com a crise econômica que assolava o país desde o esgotamento do milagre econômico no final década de 70

(ASSIS, 2000). No entanto, também podemos relacionar este fenômeno com processo de globalização.

As ondas de migração contemporânea – diferentemente dos fluxos migratórios do século XIX e início do XX – foram potencializadas pelos processos de reestruturação da economia global. Em primeiro lugar, o desenvolvimento de novas tecnologias de transporte e comunicação atuou como facilitador do fenômeno migratório. De outro lado, percebe-se que as disparidades econômicas entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos são potencializadas, fazendo com que cada vez mais um número maior de pessoas opte por migrar em busca de melhores condições de vida. Conforme nos demonstra George Martine (2005):

Nos dias de hoje, o horizonte do migrante não se restringe à cidade mais próxima, nem à capital do estado ou do país. Seu horizonte é o mundo – vislumbrado no cinema, na televisão, na comunicação entre parentes e amigos. O migrante vive num mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor. (MARTINE, 2005: 3)

Sendo assim, pode-se afirmar que o fenômeno da emigração no Brasil é fruto da crise econômica que assolou o país na década de 80, potencializado pelas mudanças sociais relacionadas com o processo de globalização. Nos anos 80 – a chamada “década perdida” -, a única possibilidade de uma vida melhor para uma parcela da população parecia ser deixar o país.

Dados mais recentes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em 2012 existiam aproximadamente 2.546.874 brasileiros vivendo em diversos países ao redor do globo⁶. Dentre inúmeros países, os destinos mais procurados pelos emigrantes brasileiros são, em primeiro lugar, os Estados Unidos – 1.066.559 brasileiros residem no território americano – e, em segundo, a Europa – que abriga um contingente de 752.012 imigrantes brasileiros. No ano de 2009, as estimativas do MRE apontavam para a existência de 3.040.993 brasileiros vivendo ao redor do mundo. Quando comparados aos dados atuais, verifica-se a diminuição da emigração de brasileiros, sugerindo o retorno de brasileiros que se encontravam no exterior e também o uma redução no estímulo para emigrar.

Paralelamente ao desaquecimento do processo de emigração de brasileiros é observado o aumento progressivo de imigrantes no país. No cômputo geral, hoje vivem no país cerca de 1, 466 milhão de estrangeiros. Embora os números indiquem que o Brasil ainda

⁶ Cabe ressaltar que O MRE produz suas estimativas a partir dos dados disponíveis nos Consulados e Embaixadas brasileiras no exterior. Deve-se, contudo, esclarecer que existe certa dificuldade em se produzir dados exatos sobre a migração, uma vez que é extremamente problemática a mensuração dos fluxos migratórios irregulares. Nesse estudo, os dados do MRE serão utilizados apenas exemplificar a tendência da emigração brasileira.

é um país com perfil emigrantista, projeções demográficas apontam para o crescimento da imigração nos próximos anos.

Além de atrair imigrantes provenientes da África e de países menos desenvolvidos da América, o país começa a receber levas de imigrantes europeus originários principalmente de países como Portugal e Espanha. De acordo com dados do MTE, o número de concessões de trabalho temporário para estrangeiros (com validade de 2 anos), no Brasil, mais que dobrou nos últimos três anos. Em 2008, o MTE aprovou aproximadamente duas mil e quinhentas licenças, aumentando progressivamente para cinco mil novecentos e setenta no último ano. Contudo, ainda que tenha manifestado o desejo de receber um número crescente de imigrantes, o país ainda conta com pouca estrutura para orientar e acolher os recém-chegados.

Visando à atração de talentos e de capital humano, as autoridades brasileiras sinalizam a intenção de revisar a política migratória vigente, buscando novas estratégias capazes de tornar o Brasil um polo de imigração qualificada. De acordo com Neide Patarra,

o governo atual, com seus compromissos claramente assumidos, busca traçar rapidamente uma arquitetura oficial que dê conta das novas demandas e dos novos conflitos, embora sempre carregando traços seletivos, com frequência restritivos e com discriminação e xenofobia frente alguns grupos de migrantes. Pode-se afirmar que o tema estará presente em quase todo o território brasileiro, tomará conta de debates nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e nas instituições afins. (PATARRA, 2013: 7)

Encontramo-nos, portanto, em um momento de inflexão, no qual a discussão entre a sociedade civil e as esferas governamentais será de suma importância para a construção de uma política imigratória mais inclusiva. Recentemente, é possível identificar o aumento da pressão de grupos sociais organizados e de ONGs pela abertura da imigração aos imigrantes mais pobres e vítimas de catástrofes climáticas ou sociais.

Essa nova tendência pró-imigração manifestada pelo governo brasileiro aparentemente caminha na contramão das propostas restritivas dos países desenvolvidos. No entanto, cumpre registrar que, assim como os Estados Unidos e alguns países europeus, a iniciativa brasileira tem uma finalidade muito específica: a atração de mão de obra qualificada, sobretudo aquela vinda da Europa. Enquanto isso, trabalhadores pouco qualificados oriundos de regiões mais pobres ingressam no território brasileiro, geralmente de forma irregular, passando a ser motivo de constante preocupação das autoridades governamentais.

Recentemente, o Brasil foi confrontado pelo aumento crescente de ondas migratórias. Desde 2010, em função da crise climática e do agravamento das condições de

vida no Haiti, muitos haitianos passaram a considerar a realização de um empreendimento migratório. A primeira leva que se dirigiu ao Brasil, ao chegar ao país, valendo-se da prerrogativa de estarem sofrendo uma grave violação dos direitos humanos no país de origem. Após análise das solicitações de asilo, o governo decidiu pela aprovação de vistos de trabalho temporário. Até aquele momento, por se tratar de um contingente reduzido, a chegada dos haitianos ainda não figurava uma grande preocupação para as autoridades brasileiras.

A escolha do Brasil como país de destino pode ser entendido como resultado de uma maior projeção internacional, em consequência da nova realidade econômica brasileira. Soma-se a isso a presença brasileira, desde 2004, em território haitiano na qualidade de líder da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH). Desde então, pode-se verificar o estabelecimento de laços sociais entre a população haitiana e os militares brasileiros. Por essa razão, ao invés de diminuir, com o passar do tempo, o fluxo de haitianos para o Brasil tomou uma proporção muito maior. Em janeiro de 2011, um ano após o terremoto, milhares de haitianos tentaram ingressar no Brasil através das fronteiras com o Peru e a Bolívia. Ao invés de recebê-los, em resposta ao aumento do fluxo de haitianos, o governo brasileiro, optou por fechar as fronteiras e proibir a entrada destes imigrantes. Na ocasião, mais de 300 haitianos se encontravam em território peruano, sob condições precárias, esperando a autorização do governo brasileiro para atravessar a fronteira.

O governo brasileiro argumenta que a legislação brasileira não prevê a concessão de refúgio para casos que estejam relacionados a desastres naturais e, por esse motivo, os haitianos não poderiam ser considerados refugiados. Com efeito, o conceito que define refugiado como o indivíduo que esteja em situação de violação de direitos humanos é deveras amplo, sendo, portanto, passível de contestação.

Diante das pressões internas e internacionais, a saída encontrada pelo governo brasileiro foi disposta pela Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, segundo a qual seriam concedidos vistos temporários – com validade de cinco anos - e de caráter humanitário. Além disso, a partir da data de implementação da resolução, foram estabelecidas cotas anuais para a concessão de vistos para haitianos e os solicitantes deverão dar entrada ao processo ainda no país de origem - no Consulado Brasileiro no Haiti. Com a adoção deste dispositivo, cerca de dois mil e quinhentos dos quatro mil haitianos que se encontravam em situação irregular puderam permanecer no Brasil. Contudo, apesar das autoridades brasileiras terem se mostrado propensas a solucionar este litígio, a situação ainda pode ser considerada preocupante. Por conseguinte, tais limitações têm provocado inquietações entre os defensores

dos direitos humanos. De acordo com a reportagem de 10/09/2012, a diretora do Conectas Direitos Humanos afirma:

Estamos preocupados com o funcionamento efetivo do 'visto humanitário' e também com a situação daqueles que têm sua entrada negada no Brasil. Há relatos de famílias desabrigadas em zonas de fronteira, confrontadas pela Polícia Federal e sem ter como nem para onde regressar. Isso não é condizente com uma política que se autodenomina humanitária.

A opção do governo brasileiro em recebê-los como migrantes temporários, sob a roupagem de um discurso humanitário, deixa patente o caráter seletivo da política imigratória que as autoridades pretendem desenvolver no país. Acredita-se que a atuação do governo brasileiro no caso dos haitianos visava inibir os fluxos de migrantes indesejados.

Como observado, diante da nova pressão migratória, a revisão da política migratória brasileira torna-se imperativa. Não somente pela necessidade do governo de desenvolver estratégias para a contenção dos fluxos não desejados, mas também porque a legislação em vigor, fruto do período militar, é muito burocrática e restritiva na concessão de vistos de trabalho, fato que dificulta a atração de mão de obra qualificada, um dos interesses mais prementes do governo brasileiro.

Desde o início dos anos 90, com o reestabelecimento da democracia, são identificados esforços no sentido de eliminar a herança autoritária da legislação migratória, mas recorrentemente esta questão foi posta para segundo plano. Em 2009, no entanto, tais esforços convertem-se em ação. Nesse ano o governo brasileiro elabora uma nova proposta para o Estatuto do Estrangeiro, visando à promoção da igualdade entre nacionais e estrangeiros. Atualmente, o projeto de lei nº 5.655/2009 está em tramitação no Congresso Nacional, mas ainda não se atingiu um consenso no que tange às regras de ingresso, permanência e saída de estrangeiros no país. Por essa razão, as discussões no âmbito legislativo encontram-se travadas.

Nesse ínterim, com o aumento progressivo da imigração para o país, novas alternativas ao Novo Estatuto do Estrangeiro já estão sendo discutidas pelas autoridades. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República estuda, em conjunto com acadêmicos, as novas demandas por mão de obra no mercado brasileiro. Além da falta de profissionais qualificados em setores estratégicos, o declínio da taxa de fertilidade começa a preocupar as autoridades. Hoje, a população brasileira ainda é jovem, mas os cenários prospectivos indicam que a situação tende a mudar para os próximos quinze anos. Nesse sentido, a nova proposta do governo visa à elaboração de uma legislação menos burocrática que facilite e estimule a concessão de permissões de trabalho no país. As sugestões em curso

são: a ampliação de vistos de trabalho para os membros da família de estrangeiros, redução dos encargos e do número de documentos a serem apresentados e, por fim, a criação na forma de lei de uma comissão ou agência com a finalidade de estimular a imigração.

Assim como no passado, excetuando as questões de raça, o interesse em promover a imigração encontra-se dentro de um projeto amplo de desenvolvimento nacional. Mais uma vez, diante da demanda do mercado de trabalho, o governo brasileiro necessita importar mão de obra. Contudo, se antes o país carecia de “braços para a lavoura”, hoje a grande demanda vem dos setores de alta tecnologia, que encontram em estágio incipiente. Sem dúvida, o crescimento de determinados setores dependem sobremaneira da disponibilidade imediata de mão de obra qualificada e, no momento, a imigração parece ser a única saída.

Entretanto, o gerenciamento dos fluxos migratórios no país tem de ser feito de forma responsável e consciente. Não basta incentivar a imigração e não promover a integração dos estrangeiros na sociedade. É indiscutível os benefícios do diálogo intercultural, mas estes só poderão ser gozados se o Brasil investir em políticas públicas com tais finalidades.

Conforme se pode observar, a proposta brasileira tende a seguir a mesma lógica recrudesciente dos países desenvolvidos. Diante da incapacidade de contenção dos fluxos migratórios, uma vez consolidado o fenômeno da globalização, identifica-se o esforço dos governos em proteger seus mercados e seus territórios da presença dos imigrantes, em especial dos que se encontram em situação irregular. Mas, por outro lado, reconhece-se a necessidade de mão de obra estrangeira para suprir as demandas laborais nas sociedades industriais. No limite, a nova realidade brasileira parece corroborar com a ideia de um processo de globalização inacabado e excludente já observada há tempos no cenário internacional. Não restam, portanto, dúvidas de que as regras do jogo do liberalismo não se aplicam à migração internacional: “enquanto o capital financeiro e o comércio fluem livremente, a mão de obra se move a conta-gotas.” (MARTINE, 2005: 3)

4.0 - Considerações Finais

As migrações, sejam elas internas ou internacionais, passam constantemente por inversões dos fluxos obedecendo a causas estruturais tanto nos países de origem como nos países de destino. Entre os problemas estruturais, podemos destacar as crises econômicas e o conseqüente desemprego que motivam a emigração.

Nesse sentido, haveria uma tendência dos indivíduos a deslocarem-se em direção a regiões com maiores oportunidades de trabalho. Para esta pesquisa, cabe um questionamento sobre o atual momento de inflexão do fluxo migratório brasileiro: o Brasil passou de um país de emigração para um país de imigração?

Historicamente o Brasil foi um país de imigração até meados do século XX, sofrendo um momento de inflexão na década de 80 quando o país registrou altas taxas de emigração como consequência da estagnação econômica brasileira, arrocho salarial e elevadas taxas de desemprego.

Contudo, nos últimos anos, destacamos um crescimento do número de imigrantes no Brasil, como resultado de um crescimento no desenvolvimento econômico do país que o elevou a um papel de destaque no cenário internacional, convertendo-se em polo de atração de imigrantes econômicos.

Destacamos o aumento dos fluxos de africanos, de cidadãos dos países limítrofes e de países assolados pela crise internacional como Portugal e Espanha. Cumpre registrar que a escolha desses países pelo Brasil, não está relacionada somente à questão econômica, mas também são levados em consideração os elos históricos e culturais entre essas nações, sendo a questão linguística e a formação de redes sociais fatores de suma importância.

Convém ressaltar o interesse do Estado brasileiro em receber imigrantes qualificados, logo a questão vem aumentando sua importância na agenda política buscando revisar a nossa política migratória. Porém, ainda é cedo considerarmos uma completa mudança no perfil migratório, basta analisar os dados: hoje o país tem cerca de 2.546.874 de emigrantes, contra 1.466 milhões de imigrantes. Contudo, os novos dados apontam para uma mudança na dinâmica migratória. Estamos, portanto, em um período de inflexão que exige maiores esforços de pesquisa nesta direção.

5.0 - Referências Bibliográficas

5.1 - Documentos consultados:

Agência de Notícias EBC. Brasil precisa de mão de obra estrangeira qualificada para continuar crescendo, diz Moreira Franco. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2013-01-29/brasil-precisa-de-mao-de-obra-estrangeira-qualificada-para-continuar-crescendo-diz-moreira-franco>

CONNECTAS DIREITOS HUMANOS. Conectas questiona Governo sobre medidas migratórias para haitianos. Disponível em: <http://www.conectas.org/institucional/conectas-questiona-governo-sobre-medidasmigratorias-para-haitianos>. Data de acesso: 10/09/2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIRATION (IOM). **World Migration Report 2013**. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR2013_EN.pdf. Data de acesso: 03/03/2014

Jornal de Notícias. **Sete milhões de pessoas migraram de norte para sul**. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=3418647&page=-1. Data de acesso: 10/03/2014

Jornal O Estadão. **Morar no Brasil é 'sonho' internacional**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,morar-no-brasil-essonhointernacional,1117191,0.htm> Data de acesso: 20/02/1014

Jornal Mundorama. Horizontalidades e verticalidades na projeção internacional brasileira, por Elói Martins Senhoras. Disponível em: <http://mundorama.net/2012/11/01/horizontalidades-e-verticalidades-naprojecao-internacional-brasileira-por-eloi-martins-senhoras/>

Jornal O Estado RJ. Brasil é nova rota de oportunidades para imigrantes. Disponível em: O Estado RJ, 17/12/2012: <http://www.oestadorj.com.br/mundo/brasil-e-nova-rota-de-oportunidades-para-imigrantes/>.

Data de acesso: 15/02/2013

Ministério das Relações Exteriores. Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no Mundo – 2009, 2011, 2012. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades>. Data de acesso: 20/02/2013.

Perfil Migratório Brasileiro 2009, International Organization of Migration (IOM), 2010.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2009: ultrapassar barreiras, mobilidade e desenvolvimento Humanos. Disponível em: http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais. Data de acesso: 21/02/2014.

Sítio Eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br>. Data de acesso: 20/03/2013

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. World Economic and Social Survey – International Migration, New York, 2004.

United Nations Trends in Total Migrant Stock: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/migration>. Data de acesso: 25/01/2012.

5.2 - Bibliografia

AGHAZARM, C.; KOEHLER, J.; LACZKO, F.; SCHAD, J. **Migration and Economic Crisis in the European Union: Implications for Policy**. Research and Publication Division, IOM, 2010.

ASSIS, Gláucia; SASAKI, Elisa M. **Teoria das Migrações Internacionais**. XII Encontro Nacional da ABEP, GT de Migração, Caxambu, 2000.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional. Formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CHESNAIS, Jean-Claude. **Os fluxos dos povos: A migração internacional como força revolucionária.** Braudel Papers, n° 9, set/out 1994, pp.15-20.

CORNELIUS, W. et al. **Controlling Immigration: a global perspective.** Stanford University Press, California, 2004.

CORSINI, Leonora. **Migrações e êxodo constituinte.** In FERREIRA, A.; PÓVOA NETO, H.; VAINER, C. A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, pp. 521-536.

FERNÁNDEZ, Pablo Pumares. *La inmigración en España: perspectivas desde el territorio.* In: AUBARELL, Gema (dir.). **Perspectivas de la inmigración em España: Uma aproximación desde el território.** Barcelona: Icaria Antrazyt, 2003, pp.177-204.

GOSH, Bimal. **Managing Migration: Whither the Missing Regime?** UNESCO, fevereiro de 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001391/139149e.pdf>
Acessado em 15/03/2010.

MÁRMORA, Lelio. **Las políticas de migraciones internacionales.** Aliança Editorial: Buenos Aires, 1997.

MARTINE, George. **A Globalização inacabada, as migrações internacionais e pobreza no século 21.** In São Paulo em Perspectiva, v.19, n.3, 2005, pp. 3-22.

MORGAN, Glyn. **Security, Stability, and International Order.** American Behavioral Scientist, n. 51, 2008, pp.322-338. Disponível em: <http://abs.sagepub.com/>. Último acesso: 03/09/2010.

NOIJE, Paulo Van. **A diminuição da vulnerabilidade externa decorrente da Posição Internacional de Investimentos e do fluxo de rendas da economia brasileira nos anos 2000.** V Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/16.pdf>. Acesso em: 25/02/2014.

PATARRA, Neide. **Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais.** In Estudos Avançados, 2006, v. 20, n. 57, pp.7-24.

_____. **O Brasil, país de imigração?** Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, 2012, pp.6-18. Disponível em: http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n09-ed.pdf. Data de acesso: 21/02/2013.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro Sociológicas.** Lisboa: Socius Working Papers, n.11, 2004.

- _____. **A Diáspora brasileira.** Braudel Papers, n° 9, set/out 1994, pp. 05-09.
- SASSEN, Saskia. **Immigration and local labor markets.** In: PORTES, A. (Ed.) *The economic sociology of immigration.* New York: Russell Sage Foundation, 1995, pp. 87-127.
- SAYAD, Abdelmaleck. **A imigração: ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.
- VIEGAS, Marcelo. **A atuação recente do Conselho de Segurança e o Brasil.** In: *O Brasil e a ONU.* Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2008, pp. 15-38.
- VILLA, Rafael Duarte., REIS, Rosana Rocha. **A segurança internacional no Pós-Guerra Fria: um balanço da teoria tradicional e das novas agendas de pesquisa.** In: *BIB,* São Paulo, n° 62, 2° semestre de 2006, pp.19-51.